



Anais da Assembléia

Nº 42

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 1989

ANO XV

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1989.
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, secretariada pelos senhores Deputados Acyr Mezzadri e Luiz Carlos Alborghetti.

As quatorze horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Tílio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Costenaro Neto, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Leonidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nei-vo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Antônio Bárbara, Basílio Zanusso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi, José Alves, José Felinto, Paulino José Delazeri, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca e Sabino Campos (12). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli e Artagão Mattos Leão (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado)-
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, na qualidade de autor, a retirada por 5 sessões, da Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 83/89.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO Nº 969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo passamento da Senhora Messias Alves dos Santos, genitora do Deputado José Alves, Líder do PTB, nesta Casa de Leis, ocorrido no dia 28 do corrente.

Solicitamos ainda, que do requerimento seja dada ciência aos familiares no endereço: Rua Cecília Meirelles, 180- CEF. 87.060- Maringá- Pr.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO Nº 984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento do Senhor Alberto Osvaldo Johansson, ocorrido no dia 24 de maio de 1989, nesta Capital.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência aos familiares nas pessoas de:

- Renato Roberto Johansson e Ciete Johansson.

Rua Simão Bolívar, 92 (Filho e nora Curitiba- Pr.

- Nelson A. Johansson (filho)

Rua Costa Rica, 648

Curitiba Pr.

- Germano Paulo Johansson (irmão)

Rua Doutor Carvalho Chaves, 521

Curitiba- Pr.

- Waldemar A. Johansson e Evaldo Jorge

Johansson (irmãos)

Rua Itararé, 171

Curitiba- Pr.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Estado da

Educação, reivindicando a construção de 2 escolas estaduais de 1º grau nos bairros denominados IV Medição e Gleba 10, no Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação chegou ao nosso conhecimento por meio do Vereador José Luiz Carpine, Presidente da Câmara Municipal de Moreira Sales, o qual nos afirmou que os referidos bairros contam com elevado número de alunos, que têm que se deslocar até a sede do município para prosseguirem seus estudos. Esta locomoção geralmente causa transtornos aos jovens, uma vez que são obrigados a sair muito cedo e retornarem muito tarde para suas residências.

Pelo exposto, solicitamos apoio e empenho dessa Secretaria para atendimento ao caso.

REQUERIMENTO Nº 971

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à Fundação Educacional do Estado do Paraná, reivindicando o envio de material didático para a Escola Municipal Rita de Cássia, no Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de atualmente a referida Escola não possuir material didático suficiente e atualizado para atendimento às atividades que desenvolve com seus alunos diariamente.

A referida solicitação chegou ao nosso conhecimento por meio do Vereador Sebastião Evangelista Bezerra, daquele município.

REQUERIMENTO Nº 972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à Fundação Educacional do Estado do Paraná, reivindicando recursos para pintura e reforma da quadra esportiva da Escola Estadual Maria Antonieta Scarpari, ensino de 1º grau, no município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de existir a urgente necessidade de tais melhorias, contribuindo para que a referida instituição de ensino continue prestando seus serviços à comunidade de Goioerê. Atualmente a pintura da escola está amplamente desgastada e sua quadra esportiva

encontra-se em péssimo estado de conservação, não permitindo a prática de educação física.

É necessário portanto, que esta Fundação atente para o caso, buscando resolvê-lo no prazo mais breve possível.

REQUERIMENTO Nº 974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à Fundação Educacional do Estado do Paraná, reivindicando a construção de 2 salas de aula, para o Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, Município de Mariluz, onde deverão ser instalados um laboratório de pesquisas e um escritório modelo.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de atualmente o Colégio acima citado, não dispor de salas para a instalação de um laboratório necessário para complemento às aulas de biologia, física e química, um escritório modelo, para atendimento às disciplinas de contabilidade.

Segundo a Direção do Colégio, solicitações neste sentido estão sendo feitas desde o início do ano passado, porém até agora sem nenhuma resposta.

REQUERIMENTO Nº 975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício a Secretaria de Estado da Segurança Pública, reivindicando a liberação de recursos para a reforma do prédio da Delegacia de Polícia do Município de Nova Aurora, que atualmente encontra-se em péssimo estado de conservação.

Tal solicitação chegou ao nosso conhecimento por meio do Vereador Edilson Cipriano Alves, daquele município.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à Fundação de Ação Social do Estado do Paraná, reivindicando a doação de 4 colchões d'água e 1 bebedouro, destinado ao Asilo São João Batista do Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação nos chegou através do

Curitiba, segunda, em 29.05.89

Vereador José Luiz Carpine, Presidente da Câmara Municipal daquele município, que afirmou serem estas necessidades urgentes ao Asilo, que atualmente atende elevado número de velhinhos, que precisarão de ajuda.

Pelo exposto, solicitamos apoio e empenho desta Fundação para atendimento ao caso.

REQUERIMENTO N° 977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à Fundação de Ação Social do Estado do Paraná, reivindicando a doação de um veículo Kombi para o Conselho Comunitário de Altamira do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário de Altamira do Paraná, nos enviou ofício fazendo tal solicitação e justificando que o veículo será utilizado para transporte de crianças de suas residências para creches do município e vice-versa.

Ressaltou o Presidente do órgão requerente, que vários pedidos neste sentido já foram feitos às Secretarias de Estado, porém, até agora nada foi respondido.

Pelo exposto, solicito atenção e empenho desta Fundação para atendimento ao caso.

REQUERIMENTO N° 978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à Fundação Educacional do Estado do Paraná, reivindicando a doação de 3 armários, 2 escrivaninhas e 80 carteiras para a Escola Estadual Getúlio Vargas, do Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de havermos recebido reclames da Direção da referida Escola e de lideranças locais, as quais mostraram preocupação sobre a falta desses materiais na instituição de ensino, o que está provocando prejuízos no desenvolvimento das atividades educacionais.

Em razão do exposto, solicitamos apoio e empenho desta Fundação para atendimento ao caso.

REQUERIMENTO N° 979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja

enviado ofício à Fundação do Estado do Paraná, reivindicando recursos para a construção de uma cancha esportiva na Escola Estadual Manoel Ribas, ensino de 1° Grau, em Mariluz.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a solicitação que nos foi encaminhada pela Direção da referida Escola, solicitamos empenho desta Fundação para a liberação de recursos para obras necessárias que há anos vêm sendo reivindicadas sem sucesso. A sua concretização preencherá uma lacuna considerável, dando novo ritmo e força às promoções esportivas e de lazer, além de servir à prática de exercícios físicos de um modo geral na escola.

REQUERIMENTO N° 980

Senhor Presidente.

Regimentalmente, o Deputado que o presente subscreve, fazendo uso de suas atribuições, REQUER, após manifestação do Douto Plenário envio de expediente à Fundação Educacional do Estado do Paraná, reivindicando a viabilização dos pedidos que seguem para a Escola Estadual Marechal Rondon, Município de Campo Mourão.

- a) Levantamento dos muros;
- b) Reforma completa nos banheiros;
- c) Construção de 6 salas de aula;
- d) Pintura interna e externa.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a Escola Estadual Marechal Rondon, localizada na área central de Campo Mourão, sendo instituição tradicional de ensino do município se colocando entre os maiores colégios da cidade, e que atualmente comporta cerca de 2.500 alunos, reivindicamos tais melhorias uma vez que os muros não superiores a 1 metro não possibilitam segurança nenhuma aos alunos, professores e funcionários e ainda ao próprio prédio da escola; os banheiros atualmente encontram-se em más condições de instalação e conservação bem como a pintura interna e externa da instituição se apresenta amplamente desgastada. Por outro lado as salas de aula disponíveis no momento, não estão sendo suficientes para abrigar o elevado número de estudantes, que tende a aumentar no próximo ano letivo.

Pelo exposto, peço apoio e empenho desta Fundação para que se conscientize da necessidade urgente ao atendimento do solicitado.

REQUERIMENTO N° 962

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da Rodovia que liga o Município de Astorga a Distrito de Santo Antônio da Pitangueira.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois viria beneficiar os agricultores e pecuaristas da região que sofrem as dificuldades de acesso aos centros consumidores.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Engenheiro TOYSHI SAKAI, MD. Diretor Geral do 9° Distrito Rodoviário do DNER/PR, solicitando urgentes providências visando a restauração da pista de rolamento da BR- 369, subtrecho em que recebe a denominação de Avenida Azarias Vieira de Rezende no Município de Bandeirantes-PR.

Tal solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população, que muito tem contribuído para o desenvolvimento daquela rica região.

Ocorre que o movimento de veículos nessa rodovia cresceu muito nos últimos anos e, considerando que, desde sua implantação ela nunca mereceu maiores cuidados quanto à conservação e restauração, muito natural que se apresenta hoje em precárias condições, oferecendo sérios riscos aos transeuntes.

Outrossim, solicita que do presente se dê ciência aos Vereadores Guilherme Meneghel e Ademir Vieira, Câmara Municipal de Bandeirantes- Pr.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a viabilidade de execução de pavimentação asfáltica da rodovia que liga o município de Mandaguaçu (BR-376) ao Distrito de Pulinópolis.

Tal solicitação justifica-se plenamente, haja vista ser reivindicação antiga dos moradores da região, e virá ao encontro da própria política governamental, que é a de promover o homem do campo, melhorando as condições de vida daqueles que através da agricultura e pecuária produzem

a riqueza e promovem o progresso da Nação.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da Rodovia PR 454, trecho compreendido entre a rodovia PR 218 (Astorga/Iguaraçu) e o Distrito de Tujai-nambá.

Sendo a região grande centro de agricultores e pecuaristas, o asfaltamento irá contribuir decisivamente para melhor escoamento da produção aos centros consumidores.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a necessidade de agilizar os serviços de pavimentação asfáltica da estrada que interliga o Município de Munhoz de Mello ao Distrito de FERNÃO DIAS.

Tal solicitação justifica-se plenamente, haja vista que os serviços se encontram paralisados, e o péssimo estado da ligação, notadamente nos dias de chuva, dificulta o tráfego de veículos, causando sérios problemas à população da região.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Mario Pereira, Digníssimo Secretário de Estado da Administração, solicitando a liberação de um veículo usado para atendimento ao Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Sarandi.

Tal solicitação justifica-se plenamente, haja vista que a população carente de Sarandi é composta por mais de sessenta por cento de seus habitantes, e o Departamento de Assistência Social não dispõe de condições necessárias para o seu atendimento.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 968

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Delcírio Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado de Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a viabilidade de doação de uma ambulância para o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Sarandi.

Tal solicitação justifica-se plenamente, haja vista que a população do Município de Sarandi é composta por mais de sessenta por cento de pessoas carentes, que necessitam diariamente do citado Departamento não dispõe de condições necessárias ao atendimento destes.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção da estrada de pavimentação asfáltica ligando o Município de Ivaiporã à sede do Distrito de Ariranha, passando pela Vila Santa Teresinha, Jardim Iporã, Patrimônio Alecrim, Barraquinha, até alcançar aquela localidade.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) ANTONIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação está fundamentada na Indicação 098/89 cuja cópia achamos conveniente anexar, pois nela constam as razões que tornam clara a necessidade dessa estrada.

Assim sendo, esperamos dos nobres Pares desta Casa, a aprovação e devido encaminhamento deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 973

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Plenário, seja destinado o espaço do expediente e horário de lideranças (mantida a votação dos projetos em Ordem do Dia) da Sessão Plenária do dia 14 de junho próximo, para apresentação do Programa "Volvo de Segurança no Trânsito", atendendo ao efeito de que 1989 é o ano dedicado à segurança no trânsito.

Na ocasião, os executivos e especialistas da Volvo apresentarão estudos sobre a importância da adoção de medidas preven-

tivas para conferir melhor padrão de segurança ao trânsito em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 981

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, comunicação à Comissão Executiva desta Casa de Leis sobre a constituição da Bancada do P.R.N. - Partido da Reconstrução Nacional neste Poder Legislativo, através da minha adesão ao referido partido.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) AMELIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Identificada com as propostas políticas da Reconstrução Nacional através do PRN e seu líder histórico, ex-Governador Fernando Collor de Mello, filiei-me ao referido partido na esperança e na certeza de contribuir com a renovação política em nosso Estado e em nosso país.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 123/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE-PDU, com sede e foro na cidade de Paçandu-PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação federal, estadual e pertinentes à matéria, e tem por objetivo proporcionar aos seus associados atividades sociais, culturais, educacionais, recreativas e outras. Para cumprir suas finalidades filantrópicas, poderá promover atividades que correspondam aos interesses e necessidades de seus associados.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos Senhores Deputado, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

PROJETO DE LEI N° 124/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Estudos de Psicodrama Infantil do Estado do Paraná, do Município

de Curitiba/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.89.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

Esta entidade, presta serviços comunitários de maior interesse para o Município. Portanto, nada mais justo que a mesma seja reconhecida de Utilidade Pública, para receber verbas do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) -

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Vou preencher o nosso horário fazendo algumas avaliações, algumas análises do momento atual da nossa política nacional. Faço naturalmente para preencher este tempo, no início da segunda-feira, onde a expectativa não é outra senão a atenção voltada para o processo sucessório à Presidência da República, um pleito muito aguardado, muito esperado, que naturalmente para a comunidade está deixando a desejar, tendo em vista uma série de propostas, que não vai de encontro aos anseios da nossa comunidade. Junto com alguns companheiros, acompanhei o nosso candidato no Interior do Estado, vi e assisti à grande preocupação, que não é outra senão uníssona no sentido de ver o que realmente se está a oferecer à nossa comunidade. Nesta tribuna, já por diversas vezes tenho estado no sentido de chamar a atenção e a sensibilidade daqueles que acompanham com a maior sinceridade e seriedade possível este processo sucessório, para que todos nós nos abracemos, unamo-nos, no sentido de salvaguardar o momento nacional. Subi a esta tribuna para fazer uma observação, o que os jornais naturalmente tornam público a toda a comunidade paranaense e já atingiu até nível nacional, o comando Nacional do Sul anunciando um rigor na área da segurança, envolvendo todas as unidades militares sediadas no Terceiro Exército, hoje Exército do Sul, inclusive as forças auxiliares, forças policiais militares, paramilitares, para o que realmente vem acontecendo. São deveras estarecedores os atentados que têm sido cometidos contra até mesmo unidades militares. Parece evidentemente que um grupo de terrorismo seletivo está a desenvolver ações até mesmo às organizações militares, devidamente armadas, preparadas para qualquer tentativa em forma de rechaço e um grupo querendo intimidar toda a unidade nacional, está a ameaçar o momento nacional. Há quem não acredite que a situação esteja deveras preocupante, mas, eu, egresso da

minha corporação, não posso deixar e não posso de, dentro de uma situação, analisar a avaliar o que vem acontecendo. É deveras preocupante, tomara a Deus que nada aconteça, para que nós possamos caminhar tranquilamente e colocar o Presidente da República e possamos dar à nossa comunidade a confiabilidade necessária.

Como primeiro tópico, analiso este momento. O outro é parabenizar uma empresa de informática, que a nível nacional, também na chamada constante para o momento cívico, desperta, usando daquele poder sensível dentro de uma comunidade que é a criança, que vai naturalmente à televisão e ali exibe um tecido em forma de retângulo, mais tarde um tecido em forma de losango, cor verde e amarelo e uma esfera azul, para chamar naquela conclamação infantil o que ela diz: "Está na hora de todo mundo ajudar a arrumar esta casa, o Brasil tem muita coisa boa, o Brasil precisa de todos nós." Então, veja a conotação desta empresa, que sensibilizada está a emprestar e muito mais, nós políticos não poderemos em momento algum deixar de ajudar e fortalecer, para que possamos ter aquilo que é aspiração de todos nós.

O item 3 é também uma avaliação sobre a situação econômica nacional. Fala-se muito em dívida externa, dívida interna e eu aqui chamo a atenção para soluções que tenho visto, assistido, em forma de mensagem de vários candidatos, inclusive o nosso, quando apresentam uma linha de proposta.

E em cima de toda essa situação, falo para a necessidade de administrar com firmeza e determinação e acabar com o populismo porque nós não vamos chegar a coisa nenhuma. Por que tudo isso? Porque o Governo está meio perdido num afã enorme, num desespero de arrumar recursos, tributos, para o orçamento que está aí, agora, a tributar em cima dos serviços essenciais, onde os limites já atingiram a casa da insuportabilidade. Vejam vocês...

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) -
Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. RAUL LOPES - ... não é mais possível tributar sobre água, luz, telefone, gás e assim por diante.

O povo não agüenta mais e é preciso que o Governo atente bem para essa realidade.

De sorte que, Sr. Presidente, gostaria de continuar, mas, quem sabe, no nosso horário a gente volta a falar. Mas, é mais uma conclamação para poder preencher o tempo nesse início de trabalho desta segunda-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Encerrado o Pequeno Expediente passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao eminente Líder da Bancada do PMDB, Deputado Lauro Lobo Alcantara.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"Existem posições na vida que se não tomadas no momento certo, o oceano das idades não mais permitirá o seu acontecimento.

E digo isso para a sociedade brasileira pautado na vontade não concretizada de, apesar de compor um Parlamento, de ter mandato popular, de representar uma parcela setorializada deste Estado que me viu nascer politicamente: A REGIÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ - votar para Presidente da República. E neste ano que transcorre, teremos após 29 anos, esta oportunidade tão almejada, tão decantada, tão esperada por todos nós brasileiros.

Em 1984, escorreu pelos dedos, quando o Parlamento Nacional, em nome da transição, deixou de lado as "DIRETAS JÁ", e embarcou, mais uma vez, em eleições indiretas, única porta que se abriu mais facilmente para a mudança de poder. Armou-se a grande frente, orde contestadores enrugados pelo tempo de luta, uniram-se a antigos adversários para o enfrentamento dos que permaneciam no embalo da coerção e o totalitarismo. Casamento perfeito dos enrugados, pois não acreditavam mais que houvesse tempo para chegarem a uma vitória pelo voto direto, universal, livre e independente.

Mas, o Brasil marchava celeremente para uma democracia. A sociedade civil forçava os mandatários do poder a cederem dia-a-dia. A abertura política fluía normalmente. Chegaríamos fatalmente a uma situação de eleições amplas. Mas quis a vida que fosse ao contrário e teve como aliado a figura de Tancredo, homem moderado, persistente, bom navegador por mares tempestuosos, bom articulador ao ponto de pretender Marco Maciel como vice e nunca Sarney, mas as coisas estavam querendo realmente seguir um caminho diferente. Tivemos a morte de Tancredo e a assunção de seu vice se deu de forma estupefante. O timão da nau brasileira voltou aos idos de 1964, sem fardão mas com jaquetão e tudo começou novamente. Nosso partido, nossa frente, chegaram despreparados ao poder. Despreparado não pela ausência de capacidades, mas pela mania da só crítica, dos caminhos das intrigas e conchavos, do desconhecimento dos escaninhos burocráticos de fazer prevalecer ou fenecer uma vontade, um ideal de governo. Aliado a todo este panorama, a sociedade organizada, vislumbrou caminhos

até então inexistentes aos seus olhos pela força imprimida pelo poder até então. Gerou-se a expectativa das mudanças já, imediatas, e, nessa trilha, surgiu o plano cruzado. Começou aí a via crucis dos pensadores econômicos do sistema monetarista. Como executar um plano que recebia mísseis de todos os lados? Reserva de mercado por um lado, moratória pelo outro, desabastecimento promovido pela especulação, Lei delegada nº 4 servindo de pano de fundo de uma moralidade só existente nas histórias em quadrinhos...? E com todos esses problemas, a Presidência da República promovia o festival das amizades provocando um inchaço na administração pública nunca antes presenciada por qualquer administrador público. Como prosperar qualquer política de contenção de despesas e equilíbrio orçamentário?

Pois bem Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais uma vez se avizinha a oportunidade de tudo mudar, porque desta vez se, não se parar e pensar que mais vale um futuro de nossa família, de nosso Estado, de todos nós, do que a admiração que possamos ter por qualquer dos candidatos, do que os compromissos que possamos ter até com os nossos partidos políticos? Por que não cobramos de todos, a postura da definição institucional que pretendem adotar, se eleitos? Serão presidencialistas ou parlamentaristas? Serão seguidores da filosofia capitalista ou socialista? Dizerem claramente se serão estatizantes ou privatizadores de nossa economia?

Se a saúde, a educação e o transporte serão prioritários ou se valerão menos que o metrô de São Paulo ou Rio de Janeiro, ou até mesmo da ferrovia Norte-Sul.

Se o princípio de dar com a esquerda e receber com a direita terá vida longa na administração federal.

Se a importação das teorias de Willy Brandt serão realmente implantadas ou servirão como plataforma volátil que possa carrear dinheiro para as suas campanhas?

Se a moralização do serviço público será sua principal bandeira ou terá prioridade maiores como acobertar os sem teto, os sem-terra, gerar empregos para a mão-de-obra ociosa, remunerar bem os funcionários dos serviços essenciais, viabilizar o Brasil como potência econômica, aumentar o número de leitos hospitalares no território nacional, criar uma política industrial para o nosso País, viabilizar a agricultura com a formação de silos e armazenagem, incentivar a cultura para fortalecer a memória nacional e lhe dar ancoradouro para o futuro.

Se pretender colocar um caldeireiro como Ministro do Trabalho ou se pretender valorizar os técnicos formados nas univer-

sidades, dando à Cesar o que é de César; promover-se-á a unicidade sindical livre e independente ou se continuará com elas atreladas ao seu gabinete como fez Getúlio Vargas.

Se pretendem transformar o Brasil em um grande latifúndio privado ou se proporá à uma real e equânime distribuição de terras. Se o trabalho marchará junto com o capital ou permanecerá atrelado ao lucro do patrão. Se irá vassourar a nação com discrepâncias oligofrênicas, repetindo feitos de 1961, ou promoverá o soerguimento do Estado, dentro dos princípios da igualdade, fraternidade e legalidade.

Pois é nisso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que todos nós deveremos analisar com muita profundidade. Somos uma Nação de minorias desunidas governadas por minorias organizadas. Acreditamos na existência de "bicho-papão" das multinacionais, e somos lesados verdadeiramente pelos tupiniquins bafejados pelo Poder. Hoje, evadimos mais dólares do que os que são remetidos pelos ditos imperialistas. Temos menos hora/trabalho produzido por capital nacional do que por capital internacional. Mas fazemos reserva de mercado, produzimos lucro interno e o estamos guardando, por medida de segurança em protegidos cofres de bancos internacionais.

Denota-se que o descrédito campeia nossa nação em todos os pontos cardeais. Não oferecemos segurança aos nossos credores internacionais e partimos para a poupança interna. Hoje, não temos também o crédito dos próprios brasileiros. Falta de credibilidade tanto na classe política quanto na classe empresarial. O povo brasileiro está falido de lideranças confiáveis a nível de governo.

Aí, reside a nossa responsabilidade como representantes da vontade popular. Como iremos conduzir o processo em nossas regiões? Como deveremos imprimir a escolha de um candidato perante ao nosso povo e nossos eleitores? Lideranças reais, não existem campeando em nossa ação. Também não se formarão eficazmente somente com a bandeira de moralidade, pois esta deveria estar intrínseca em todos os setores públicos e privados.

Mas temos um perfil da atual situação quando analisamos atentamente a atual Constituição Federal, com seus protecionismos, seus casuísmos e as suas reservas de mercado para determinadas categorias profissionais e segmentos produtivos.

Teríamos que demitir 100.00 funcionários e não demitimos nenhum. Teríamos que diminuir o déficit público e o mantemos em consonância com os interesses do Executivo e a vontade do Parlamento Nacional ao impedir a dissolução e privatização de empresas e serviços. E aqui cabe uma ressal-

va: estão incluídos, inclusive Parlamentares de meu Partido e de nosso Estado.

Algo mais que o interesse eleitoreiro deve ser implantado na consciência popular na escolha do primeiro mandatário nacional após a redentora aquartelada de 1964. Para isso teremos que olhar nossa Nação como um todo indivisível e não um amontoado de minorias brigando por espaços exclusivos, como se cada um de per si pudesse sobreviver neste espaço continental que é o nosso País.

Após mais de duas décadas, teremos a oportunidade de escolha. Que o façamos com consciência e probidade para não termos que mais tarde - vinte anos mais quem sabe - reclamar que falta ao Brasil uma liberdade de expressão e um desenvolvimento equânime e real.

E volto a indagar: democracia participativa? Social Democrática? Democracia Capitalista? Socialismo Agrário?

Que venham os postulantes com suas plataformas e que nós saibamos reconhecer a intenção em cada uma para explicarmos aos nossos eleitores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado)-

Encerrado o Grande Expediente, no Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PT, se fará uso da palavra. Antes, porém, esta Presidência anuncia com satisfação a presença do Prefeito José Antônio Jerônimo e do Vice-Prefeito Antônio Pelossi, do Município de Lupionópolis.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

O Senado Federal acaba de aprovar a elevação do salário mínimo; o seu valor agora passa a ser cento e vinte cruzados novos; valor este que equivale a trinta e cinco dólares, no paralelo.

Esses números são escandalosos, se fôssemos comparar com os níveis salariais, em que muitos países se encontram, países estes, no mesmo estágio de desenvolvimento do Brasil. Enquanto isso, o Governo brinca com a paciência do trabalhador brasileiro, considerando um exagero o mínimo de cento e vinte cruzados novos, e prepara um pacote que deverá determinar o aumento da contribuição com a Previdência Social.

Uma matéria publicada no jornal "Indústria e Comércio" neste final de semana, no último dia 26, a "Central Única dos Trabalhadores", divulgou um estudo, que aponta a Previdência Social como a principal vítima da dívida externa, com créditos na ordem de vinte e três bilhões de dólares; o equivalente com o que é gasto por

ela mesma, em um ano e sete meses; essa é a dívida em que a Previdência Social tem a haver das empresas devedoras. Entre essas empresas temos algumas empresas estatais, como é o caso da DATAPREV, que não recolhe encargos sociais, há mais de trinta anos.

O pior de tudo é que o sistema previdenciário sofre um grande desfalque anual estimado em 4.8 bilhões de dólares, por conta dos desvios na arrecadação e no pagamento dos benefícios.

Essa revelação foi feita através de uma auditoria contratada pelo próprio Ministério da Previdência que indicou um desvio de 32% dos recursos para previdência.

O tamanho do rombo pode ser medido pelo extraordinário orçamento da Previdência que é na ordem de 15 bilhões de dólares. No entanto apenas 68% desses recursos chegam aos aposentados, pensionistas e outros beneficiários da Previdência.

Os recursos desviados dariam para pagar anualmente um piso de salário para cinco milhões de trabalhadores rurais. Com este estudo o Departamento Rural da CUT, o DESER, pretende mostrar que não há a necessidade de aumentar as contribuições sociais com a Previdência.

Basta acabar com os desvios.

Isto é apenas para mostrar que não há a menor seriedade por parte do atual Governo em propor aumento das contribuições. Temos um Governo imprevidente que pretende corrigir as suas diferenças de caixa sacando mais dinheiro da massa assalariada...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede-me um aparte, ilustre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, concedo-lhe. Se tem empresas em débito com a previdência, o rombo deve começar a ser coberto pela execução dessas dívidas. O que não pode acontecer é que os trabalhadores sejam mais uma vez espoliados para cobrir as falcaturas deste governo.

O Sr. Orlando Pessuti - Vossa Excelência concede-me um aparte, ilustre Deputado?

(Vozes Paralelas).

O SR. PEDRO TONELLI - Ainda, segundo o DIEESE, seriam necessários 470 cruzados por mês, a preços de abril, para que o salário mínimo cobrisse os gastos mínimos de um casal com dois filhos para suprir alimentação, transporte, educação, saúde, e outras despesas básicas.

Qualquer indicativo econômico que desejarmos tomar mostra que o salário mínimo despencou nos últimos anos.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede-me um aparte, Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - A mesma perda no poder aquisitivo atinge o conjunto dos assalariados. Isto explica a insatisfação dos trabalhadores, refletida nos movimentos reivindicatórios que se multiplicam no País, insatisfação esta que promete tomar impulso no Paraná.

Hoje, tivemos aqui uma manifestação dos professores e servidores das universidades estaduais que estão em greve há 54 dias, onde pleiteiam, pleiteavam um aumento, uma reposição de 90%. O Governo Alvaro Dias ofereceu 11%. O Tribunal do Trabalho concedeu 58% e o Governador não acatou a decisão da justiça e preferiu recorrer.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede-me um aparte, Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - É para esta semana uma paralisação dos servidores do Estado e para tentar (?) esses movimentos o Governador anuncia, ameaça anunciar um abono. Mais uma vez, Sua Excelência o Governador se une a Sarney para prejudicar os servidores. Abono não é salário e não corrige as perdas acumuladas. As perdas reivindicadas pelos funcionários públicos e pelos demais trabalhadores não são difíceis de compreender as suas razões.

É somente fazermos um comparativo do valor real do nosso salário mínimo de hoje e compararmos com o salário anterior.

Tenho aqui alguns comparativos que foram publicados pelo jornal "A Folha de São Paulo", de ontem.

Vamos comparar: nos últimos 30 anos - o salário de 1959 dava para comprar 93 quilos de carne; hoje, em 89, somente 25 quilos de carne. Quatrocentos e noventa e um litros de leite dava para comprar com o salário mínimo em 59; hoje apenas 193. Em 59, comprava-se 240 quilos de feijão; hoje 74 quilos. Em 59, 209 quilos de arroz; hoje, 130. Duzentos e cinquenta e cinco pães em 59; hoje 65 quilos de pães. Café em pó comprava-se em 59, com o salário mínimo, 128 quilos, hoje apenas 13 quilos. Banana, 702 dúzias em 59, hoje com o salário mínimo apenas 142 dúzias. Em 59, 30 anos atrás comprava-se 1.180 passagens de ônibus ao valor de 5 cruzeiros na época, hoje, apenas 376 passagens no valor de 17 centavos.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Esta Presidência lamenta mas o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, é lamentável que por várias vezes, já neste Parlamento, que tento apartear o Líder do PT e o mesmo tem se negado, talvez preocupado pela forma de refutarmos as acusações que o mesmo traz no plenário deste Legislativo. Mas hoje, a razão de solicitarmos o aparte, não era para contestar o seu discurso, mas apenas para cumprimentá-lo pelo seu aniversário. E eu tenho certeza que no próximo ano, na mesma data, se Deus quiser, quando eu pedir aparte ao Deputado Pedro Tonelli, talvez ele me cederá porque quero ter a honra de cumprimentá-lo novamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) Esta Presidência associa-se aos votos de Vossa Excelência, e deseja também um feliz aniversário ao ilustre Deputado representante do PT nesta Casa, Pedro Ivo Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) Esta Presidência anuncia com satisfação a presença dos vereadores Oliveira Rodrigues Costa, Dorival Farias e Aparecido Mendes Moura, do Município de Piraquara.

Consultamos a Liderança do PL, se fará uso do seu horário. (Declina).

Consultamos a Liderança do PDT.

Com a palavra, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste momento o Tribunal Regional do Trabalho está julgando a greve iniciada há mais de 30 dias pelos professores e funcionários das Universidades de Londrina e Maringá. Em função disso, inúmeras pessoas ligadas à comunidade universitária de Londrina e Maringá estão em frente ao Palácio Iguaçu, tentando sensibilizar o Sr. Governador da importância da abertura do diálogo, como forma de se superar a crise independente de qualquer decisão do TRT. Concomitante a isso, professores e funcionários da Universidade Estadual de Maringá também aguardam a posição do Governador a fim de suspenderem o movimento grevista iniciado há mais de 60 dias. Aliás, nobres Deputados, o Tribunal Regional do Trabalho já julgou a greve da Universidade Estadual de Maringá e a sentença prolatada foi favorável aos servidores que reivindicam 57% de reajuste salarial, entretanto, o Sr. Governador não cumpriu a determinação do TRT e apelou à instância superior.

Como o Governador não acatou a sentença, negou-se ao diálogo, 12 professores da Universidade de Maringá realizaram uma marcha, a pé, de Maringá a Curitiba, saindo no dia 14 de abril e chegando aqui no

dia 08 de maio. A greve da UEM - cerca de 2.200 funcionários e servidores estão parados - começou no dia 4 de abril e a Universidade Estadual de Londrina aderiu ao movimento no dia 18 e a de Ponta Grossa no último dia 5.

A paralisação, nas três localidades, é de 100%, segundo avaliação do comando de greve.

O Governo do Estado se nega a adotar a medida proposta pelo TRT e, como contraproposta, ofereceu 14% de reajuste, o que não cobre, obviamente, a defasagem salarial ocorrida em função da inflação, da indexação, da economia, das contínuas desvalorizações do cruzado e outros fatores, além, é claro, do plano verão.

Os grevistas têm colocado ainda outras reivindicações, como por exemplo, um protesto pelo corte de 47% no orçamento destinado à UEM. Isto vem, definitivamente, inviabilizar o ensino, a pesquisa e a extensão universitária e científica.

Algumas lideranças do movimento grevista estiveram hoje pela manhã nesta Casa, buscando junto aos Parlamentares, daqueles que aqui se encontravam, o apoio para evidentemente, sensibilizar a Bancada do Governo do Estado, no sentido de que se abra este canal de diálogo com o Governador Álvaro Dias.

É preciso que se tenha em mente, com objetividade, que a resolução dos nossos problemas educacionais, aliados aos seus aspectos culturais, oferecem amplas perspectivas no campo da produtividade e do desenvolvimento nacionais.

Nós temos assistido, entretanto, nobres Deputados, a uma exposição explícita da crise que se estampa e se agrava a cada dia no ensino brasileiro, e em especial, no ensino público.

Faltam recursos para o ensino, a pesquisa, o trabalho científico e pessoal técnico que, diante da inexistência de condições para o Magistério Superior, no Estado, tem avançado para a iniciativa privada ou outras ocupações profissionais.

Enquanto isso, vemos a educação sendo tratada com negligência e descaso pela administração pública, não só na esfera estadual mas também e principalmente, nas instituições federais de ensino.

Senão vejamos, a paralisação que se arrasta, há algum tempo, de professores e funcionários da UFPR e não é apenas por salário, porque os estudantes estão engajados na causa. Na Universidade Federal do Paraná não há giz para escrever-se no quadro-negro. Somos impotentes, entretanto, para dar resolução à questão da Universidade Federal do Paraná, diante da grande distância que nos separa do Poder Público Federal.

Mas aqui no Paraná, não só podemos,

como temos a expressa obrigação de intervir pela qualidade de ensino em todas as instituições de primeiro, segundo e terceiro graus.

Senhores Deputados, o movimento grevista tem reivindicado fundamentalmente, a abertura de porta para o diálogo. Aceitam uma contra-proposta do Governo, desde que sejam recebidos e esclarecidos sobre a situação do Estado que se alega, é financeiramente péssima.

Nós gostaríamos portanto, de usar esta tribuna, sensibilizarmos a Liderança do Governo do Estado nesta Casa, para que receba dentro de alguns instantes, uma comissão de professores e funcionários das duas universidades que aqui se encontram, para que haja um início de diálogo a fim de que se chegue até o Palácio Iguaçu para conversar com o Governador do Estado do Paraná.

Quero também neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que estou vindo da Prefeitura Municipal de Curitiba, onde, ao lado do Prefeito Jaime Lerner, do Deputado Federal Max Rosermann e do Secretário da Saúde, Delcino Tavares, assinávamos um convênio entre o Governo do Estado, Município e Governo Federal, no sentido de construirmos o terceiro Pronto-Socorro Municipal de Curitiba e será aqui na zona leste da cidade, com uma atuação da Prefeitura Municipal de Curitiba, do Governo do Estado, na seção de equipamentos da Prefeitura, cedendo terreno e construindo este Pronto-Socorro, e o Governo Federal liberando uma verba de um milhão e 500 mil cruzados novos, cerca de um bilhão e meio antigos.

Isto é muito importante, era uma reivindicação antiga da cidade e nós, muito tempo antes de sermos políticos, quando só radialistas, quando só homens de imprensa, já reivindicávamos, porque víamos o crescimento desta cidade e sentíamos que tanto o Cajuru como o Evangélico, os dois Pronto-Socorros que nós tínhamos aqui, já se tornavam pequenos diante do número que aumentava cada vez mais, de moradores desta cidade, e hoje estamos felizes, emocionados até, porque na condição de Vice-Prefeito da Cidade, pudemos também testemunhar a assinatura do convênio, que é por demais importante para a nossa cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Consulto a Liderança do PDS se fará uso da palavra. (Ausente)

Consulto a Liderança do PDC. (Ausente)

Consulto a Liderança do PFL. (Declina)

Consulto a Liderança do PTB. (Ausente)

Consulto a Liderança do PTN. (Ausente)

Consulto a Liderança do PSDB.

Com a palavra, o Deputado Haroldo Ro-

drigues Ferreira.

O SR. HAROLO RODRIGUES FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago ao conhecimento desta Casa um ofício que recebi recentemente do CELES - Centro Londrinense de Estudos de Saúde. (Lê):

"O CELES - Centro Londrinense de Estudos de Saúde, na qualidade de secretaria executiva da Plenária Municipal de Saúde, vem expor para sua apreciação as distorções que ocorrem na Secretaria de Estado da Saúde, com reflexos importantes no atendimento à população de nossa cidade.

Estamos cientes de que não se trata de fato isolado, mas que correspondia a uma estratégia desmobilizante na organização dos serviços públicos de saúde pela inoperância do SUDS em nosso Estado atendido a interesses do setor privado.

Como é de vosso conhecimento através da imprensa, empreendemos luta no sentido de ser instalado, em Londrina, um Centro Regional de Diagnóstico.

Tal Centro é fundamental para atender aos municípios de nossa região que procuram Londrina para consultas nas várias especialidades médicas. Deverá ser dotado de equipamentos capazes de dar resolutividade às consultas especializadas oferecidos pelo Posto de Assistência Médica-PAM, do INAMPS e pelo Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, bem como o sistema de referência e contra-referência para resolutividade dos encaminhamentos oriundos da rede básica municipal.

Esta luta que significa reforço no setor público não conta com o apoio do atual Secretário Delcino Tavares desde há muito tempo. Em história recente, o Secretário, ao término da construção do Hospital da Zona Norte, impediu que o mesmo fosse administrado pelo Hospital Universitário, já que sua intenção era entregá-lo à Santa Casa de Misericórdia de Londrina. Após muito esforço e mobilização, a Secretaria assumiu a administração do Hospital, que hoje não recebe adequada atenção pela Secretaria, para seu bom funcionamento. (1)

Desta feita, contando o PAM de Londrina com vários equipamentos para instalação de laboratório de análises clínicas e de equipamentos de Raio X (800 ma), ameaça de doação ou "cessão por comodato" para a iniciativa privada está confirmada. Ressalte-se que tais equipamentos foram adquiridos através do Ministério da Previdência e Assistência Social (2) e encontram-se encaixotados no PAM há 3 meses (laboratório) e a três meses (Raio X).

Tem sido uma constante a precariedade do atendimento através da iniciativa privada dos exames laboratoriais (3) bem como

dos demais exames exigidos, pela demora do atendimento (raio X, eletroencefalografia, eletrocardiografia e outros), além da complementação de honorários e da inexistência de serviços, mesmo credenciados, como ultrassonografia e tomografia, tomados como exemplo. Daí a necessidade premente da instalação do Centro Regional de Diagnóstico, cujo primeiro passo deverá ser a instalação do laboratório de análises clínicas e raio X já adquiridos pelo poder público.

Dada a polêmica sobre o local onde os mesmos devam ficar alocados, temos a considerar:

"É essencial e com extrema urgência que tais equipamentos sejam instalados no setor público - PAM INAMPS e, na sua impossibilidade, no Centro de Saúde Regional ou Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná." (4).

Já nos reunimos com representante da Secretaria de Estado da Saúde há mais ou menos trinta dias, sem que qualquer definição tenha sido tomada, o que causa maior perplexidade por parte da comunidade que volta a se reunir e traçar novos rumos para o encaminhamento da luta.

Neste sentido julgamos de suma importância a apuração destes fatos, pois temos a certeza de que a este se somam outros a nível de Estado, e que representam sério obstáculo para o avanço da reforma sanitária proposta pela VIII Conferência Nacional de Saúde.

(a) PAULO ROBERTO GUTIERREZ

Presidente do CELES

Secretaria Executiva da

Plenária Municipal de Saúde."

Portanto, Srs. Deputados, Sr. Presidente, esta Casa toma, neste momento, conhecimento do Centro Londrinense de Estudos de Saúde, preocupado com a locação de Raio X em Laboratório, que são comprados com recursos da Previdência Social e que deverão, portanto, serem alocados no serviço público de Londrina, para que o atendimento à população seja expandido, e para que também melhore a qualidade do atendimento de saúde à população de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) Com a palavra a Liderança do PMDB. (Declina).

Encerrado o Horário do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legisla-

tiva.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 83/89, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE e Outros, que altera a redação do art. 15 da Lei Complementar n. 27/86. (A instalação do Município far-se-á por ocasião da posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, em 1º de janeiro do ano seguinte às eleições municipais). Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a retirada por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n. 83/89. Aprovado. Fica portanto, retirado por 5 (cinco) sessões, o Projeto de Lei n. 83/89.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 279/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que dá nova redação a Lei n. 8060 de 26/12/84, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE COLABORADORES DO CENTRO DE REABILITAÇÃO SYDNEI ANTÔNIO - ACCRESA, que passa a denominar-se ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA - ASTRAU. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 279/88

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterada a Lei n. 8060 de 26/12/84, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE COLABORADORES DO CENTRO DE REABILITAÇÃO SYDNEI ANTÔNIO - ACCRESA, que passa a denominar-se ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA - AUSTRAU, conforme comprova documentação apresentada.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade filantrópica supra citada, declarada de Utilidade Pública pela Lei n. 8060 de 26.12.84, passa a denominar-se Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU.

De acordo com a certidão de Registro

de Títulos e Documentos - 2º Ofício, cartório competente no qual foram levados à registro os estatutos sociais da entidade anteriormente denominada ACCRESA, verificamos que a Alteração dos Estatutos encontra-se averbada à margem do referido registro em data de 03.12.87.

Após averbações posteriores, os Estatutos Sociais da ASTRAU, foram levados a registro, sob o n. de ordem 3422 do Livro "A-2", de Pessoas Jurídicas, datado de 20.08.88, passando portanto a ter existência jurídica com esta denominação.

Nestas condições, nada mais nos resta senão pedir o total apoio dos nobres Parlamentares desta Colenda Casa, no sentido de acolhê-la e conseqüentemente obter a sua aprovação em plenário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 279/88

Art. 1º - O ilustre Deputado Antônio Annibelli propõe nova redação à Lei 8060 de 26/12/84 objetivando alterar o nome da entidade que já foi objeto de declaração de Utilidade Pública conforme a mencionada lei.

Art. 2º - Com efeito propõe alterar Associação de Colaboradores do Centro de Reabilitação Sydnei Antônio - ACRESA para "Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU".

Art. 3º - Provado está a alteração do nome, conforme documentação cartorial acostado no projeto de lei (fls. 4/11).

Art. 4º - Nada há jurídico e constitucionalmente que impeça sua aprovação, portanto opinamos favoravelmente.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 319/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Sociedade dos Amigos do Núcleo Cristo Rei, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no DA. 121, de 28.11.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 319/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do ilustre Deputado Cândido Bastos, objetiva seja declarada de Utilidade Pública, a Sociedade dos Amigos do Núcleo Cristo Rei, com sede e foro na cidade de Guarapuava.

No que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça, vislumbra-se que o plano de lei atende aos requisitos estabelecidos na Lei 6993, de 10 de janeiro de 1978, específica à matéria, inexistindo, conseqüentemente, impedimentos de ordem constitucional ou regimental.

Nestas condições, nosso pronunciamento é favorável à aprovação do projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

Em votação:

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado) - Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Eu requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado) Vossa Excelência terá que aguardar o resultado da votação para que nós possamos proceder à verificação de votação.

Em Discussão o Projeto de Lei de autoria do Deputado Cândido Bastos. Em discussão. Em votação. Aprovado.

Será procedida à verificação de votação.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Senhor Presidente, eu requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado) - A Mesa defere e solicita do Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Raul Lopes) - Procedo à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(Começa proceder à 2ª chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Eu retiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Aprovado o Projeto de autoria do Deputado Cândido Bastos.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 05/89, de autoria do Deputado RAFAEL GRE-

CA, que declara de Utilidade Pública a Associação da Educação do Talento Musical do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 146/88 de 11.01.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 005/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Rafael Greca, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação da Educação do Talento Musical do Paraná.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 19/89, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Artes Marciais Katã Shubu-Dô-Ryu, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 03 de 02.03.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 019/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado ANTONIO ANNIBELLI, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Artes Marciais Katã Shubu-Dô-Ryu, de Curitiba,

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 22/89, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a APAM - Associação de Promoção à Menina, de Ponta Grossa - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 22/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAM - Associação de Promoção à Menina, de Ponta Grossa - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A APAM - Associação de Promoção à Menina, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa - PR, estabelecida na Rua Francisco Otaviano, 925, foi fundada em 21 de abril de 1987.

Sendo uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de orientação cristã e caráter beneficente, com a finalidade de amparar pessoas necessitadas do sexo feminino de até 18 anos, sem distinção de raça, cor ou religião.

Além de noção de dignidade como pessoa humana, através de palestras de formação moral e cristã, a entidade proporciona também novas opções de vida às meninas, desenvolvendo o aprendizado de pinturas, tricô, crochê, bordado e outros.

A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa remaneja para a APAM, professoras contratadas, assistentes sociais e estagiárias de Pedagogia e Serviço Social, para atendimento cada uma em sua área.

Junto aos familiares das meninas, são efetuadas visitas, com o propósito de manter um elo "menina-associação-família-comunidade", conhecendo a situação social, labutacional e de comportamento em que vivem, dando tratamento especializado para as meninas com problemas específicos, atendendo-as individualmente e, quando necessário, encaminhando-as a outros técnicos.

Também são realizados encaminhamentos a escolas normais e especiais, tais como: APAE, Audio Visual e Surdo-Mudo, onde é feito um trabalho integrado com troca de informações e orientação aos pais.

Há ainda o atendimento especial na área de saúde, regulamentação de documentos, distribuição de roupas, calçados, alimentos e medicamentos, quando constatado a necessidade emergente.

O tratamento dentário é efetuado pela Unidade Móvel Odontológica da Secretaria Municipal e Bem-Estar Social.

São ministradas palestras educativas sobre todos os aspectos de higiene e sexualidade, conforme a faixa etária, na procura de orientá-las para evitar possíveis doenças, credices e tabus.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 022/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado EDMAR LUIZ COSTA, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a APAM - Associação de Promoção à Menina, de Ponta Grossa - PR.

Encontra-se o processado, instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOÃO ARRUDA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 53/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Handebol, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA, 12 de 22.03.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 053/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Lauro Lobo Alcantara, objetiva o presente plano de lei, declarar de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Handebol, com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 71/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos de Jardim Alto da Cruz III, com sede em Colombo e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no DA. n. 19 de 10.04.89).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 77/89, de autoria do Deputado FERRARI JÚ-

NIOR, que declara de Utilidade Pública a Associação da Farmácia Comercial do Estado do Paraná, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 21 de 12.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 077/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Ferrari Júnior, objetiva o presente plano de lei, declarar de Utilidade Pública a Associação Comercial do Estado do Paraná, com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 91/88, (Mensagem n. 82/88) ex-Proposição n. 77/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e os Municípios de Cruzeiro do Sul e Palmeira, em data de 31.05 e 07.04, do corrente ano, respectivamente, objetivando o primeiro desenvolver programa regional de combate à formiga e ampliar o viveiro municipal de mudas de café e essências florestais, e o segundo a promover ações de integração e aperfeiçoamento do jovem do campo. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 92/88 (Mensagem n. 83/88 ex-Proposição n. 78/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os termos aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, com os objetivos que especificam. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 93/88 (Mensagem nº 93/88 ex-Proposição nº 90/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprovam os Convênios, datados de 18 de julho do corrente ano, celebrados entre o Estado do Paraná, através

da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da coordenação da região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros na região metropolitana de Curitiba, com vistas a propiciar energia elétrica a beneficiamento de baixa renda, através dos serviços da COPEL, nos moldes da Campanha de Ligação de Consumidores - CLIC URBANO - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 94/88 (Mensagem nº 94/88, ex-Proposição nº 91/88), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprovam os Convênios celebrados em 14 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Processamento de hidrossolúveis - Leite de Soja e Sopas Cremosas. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de nº 981, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo para anotar.

Requerimento de nº 969, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 984, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 962, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 963, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 964, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 965, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 966, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 967, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 968, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 970, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constan-

te do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 971, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 972, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 974, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 975, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 976, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 977, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 978, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 979, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 980, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 986, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 973, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO -(Para encaminhar) -

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Eu entendo que é de suma importância uma discussão a respeito de trânsito nesta Casa porque vivemos num período dos mais terríveis em matéria de trânsito.

Vidas e mais vidas são ceifadas nas ruas da cidade, nas estradas que ligam a Capital ao interior do Estado.

Enfim, o Paraná todo tem registrado um alto índice de mortalidade em relação ao trânsito.

E nós já fizemos aqui nesta Casa, há 15 dias atrás, um debate, um fórum a respeito de se habilitar ou não o menor de 18 anos de idade.

Claro que não teve, evidentemente, a repercussão que nós esperávamos, mas de

qualquer maneira tivemos aqui na Casa, a satisfação de receber as maiores autoridades ligadas à área de trânsito: o Dr. Jesus Sarrão, Diretor do DETRAN; Dr. Otávio César Valeixo, Juiz da Primeira Vara de Acidentes de Trânsito, autoridade reconhecida até internacionalmente. E também a presença de outras autoridades.

E também na semana passada, em companhia do Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, atendendo um convite da alta direção da Volvo, nós fomos até aquela empresa que tem dedicado um espaço muito grande e tem demonstrado uma preocupação grande também no sentido de amenizar um pouco a violência do trânsito. E a Volvo tem sido assim um exemplo extraordinário de que colocando seus técnicos, seus engenheiros de segurança têm feito palestras por esse Brasil afora; têm procurado sensibilizar as autoridades no sentido de que se discuta nos plenários dos Estados a questão de trânsito. E este é o Ano de Segurança de Trânsito.

Por isso encareço às demais lideranças partidárias desta Casa no sentido de que se destine o expediente de tribuna na data em que colocamos este requerimento, no sentido de que possamos aqui trazer autoridades; apresentar até um audiovisual e dizer quanto é importante esta Casa e todos nós parlamentares discutimos o problema do trânsito. Porque não é apenas o trânsito da grande cidade como é Curitiba, mas é o trânsito da cidade pequena também do interior do Estado que tem causado muitas e muitas mortes.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço a compreensão das lideranças no sentido de aprovarem este nosso requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) -

Em votação o requerimento de autoria do Deputado Algaci Túlio. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Apenas quero fazer um registro na Casa lamentando profundamente o fato ocorrido com um ex-Deputado desta Casa, Sr. Francisco Scorsin que no último dia 17 foi vítima de atropelamento aqui em Curitiba, quando deixava seu escritório para ir até a Santa Casa a fim de levar também a sua solidariedade ao prefeito de Terra Roxa que havia falecido num lamentável acidente automobilístico.

E o nosso ex-companheiro desta Casa

por 4 legislaturas acabou sendo atropelado. Ele permanece internado no Pronto Socorro do Cajuru e seu estado é até certo ponto delicado. Teve fratura em um dos braços; uma pancada muito forte na cabeça. E acho que esta Casa pelo tanto quanto representou o "Chico Scorsin" como era chamado, como era conhecido, pelo seu trabalho que fez em prol do social nesta Casa, merece a atenção de todos nós e até mesmo, a visita de todos nós, os companheiros do plenário para este companheiro Francisco Scorsin, internado no Pronto Socorro do Hospital Cajuru.

Para aqueles que desejarem ir visitá-lo ele está internado no Pronto Socorro do Hospital Cajuru e, evidentemente, está aguardando a nossa visita, a nossa solidariedade, o que devemos fazer também dentro em breve.

Queremos também neste momento registrar a presença do Deputado Federal José Tavares que nos honra com a sua visita nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã no horário regimental com a seguinte Ordem do Dia.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela ordem) - Sr.

Presidente, gostaria de fazer um convite aos Parlamentares desta Casa, para que às 4 horas e 30 minutos, estejam no Plenarinho, nós temos um movimento de greve, de todas as Universidades Estaduais, temos também os Reitores, a participação dos alunos e nós vamos discutir com profundidade esse problema que se agrava, principalmente em Londrina e Maringá, onde a greve já chega a 60 dias, comprometendo, inclusive, Sr. Presidente, o semestre de mais de 11 mil alunos, só em Maringá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) -

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, marcando outra para terça-feira, dia 30, às quatorze horas e trinta minutos, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 36/89.

Levanta-se a sessão